



MAPEANDO A RELAÇÃO EDUCAÇÃO-PARTICIPAÇÃO NO BRASIL EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Tauã Carvalho de Assis¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/ tauacarvalho@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho é o de problematizar as perspectivas teóricas brasileiras sobre a participação sociopolítica na educação. Recorremos aos artigos publicados sobre a temática em três revistas especializadas em educação: Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Concluimos que a participação tem sido descrita nas publicações analisadas, a partir de quatro perspectivas distintas que alteram desde sua concepção até sua forma de atuação e abrangência.

Palavras-chave: Participação. Educação. Produção teórica brasileira.

Introdução

É vasto na literatura acadêmica brasileira, especialmente aquela dedicada à política educacional, o apontamento aos anos 90 como a década da implementação do ideário neoliberal na formulação e execução das políticas públicas no país (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

De forma paradoxal e inserido no contexto político e econômico das reformas do estado, do encolhimento de suas áreas de atuação por meio das operações de desestatização de variadas empresas públicas, da institucionalização das parcerias público-privadas, entre outras medidas difundidas pela Escola de Chicago é que a temática da participação adquire maior relevância e visibilidade no debate político no Brasil.

Findado oficialmente o regime militar em 1985, na tentativa de superação da herança política autoritária e busca de novas alternativas para as relações Estado-Sociedade Civil, a nova Constituição, promulgada em 1988, tratou de reafirmar os direitos civis, políticos e sociais. Nesse espectro, incluiu-se o direito à participação social.

No campo da educação, o direito à participação passou a ser expresso principalmente na forma dos princípios da gestão democrática e do controle social. Em desdobramento, ao longo do tempo, surgiram instâncias coletivas de formulação e de regulação das políticas e das instituições educacionais que passaram a contar com espaços destinados à participação da sociedade civil: conselhos escolares, conselhos gestores, conselhos de políticas públicas, conselhos municipais de educação, fóruns de educação, conferências de educação, audiências

públicas, conselhos de controle social dos fundos educacionais.

Este trabalho pretende contribuir com o debate sobre a participação da sociedade civil no campo da educação e busca investigar a existência ou não de um ou mais discurso(s) educacional(is) brasileiro(s) sobre essa relação. Inventariamos e analisamos a produção científica acerca da relação participação-educação editada e publicada por três dos maiores periódicos especializados da área da educação do país, a saber: a Revista Brasileira de Educação (RBE), a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

O artigo está dividido em duas seções distintas. A primeira trata das questões metodológicas da pesquisa ressaltando os parâmetros utilizados, as fontes e nossa motivação de pesquisa. Em seguida, apresentamos os resultados do mapeamento empreendido e as conclusões do estudo.

Procedimentos metodológicos

Diferentes tratamentos terminológicos são dados à temática da participação pela literatura especializada. As principais encontradas são: participação social (DOURADO; JUNIOR; FURTADO, 2016); participação política (DALLARI, 2013); participação sociopolítica (GOHN, 2011a). Neste trabalho adotamos a expressão participação sociopolítica, nomenclatura adotada por Gohn (2011a), entendendo ser este o melhor termo para o estudo das relações entre a sociedade civil, o estado e a educação por compreender a participação como atuação social e política em um só tempo. Procuramos, assim, identificar e analisar as concepções sobre a participação na educação divulgada em três revistas.

Para isso, julgamos importante compreender como a relação investigada tem sido problematizada a partir da literatura de revistas acadêmicas do campo educacional.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39)

A metodologia visa mapear e discutir a produção científica de uma determinada área do

conhecimento à luz de categorias estabelecidas, prévias ou posteriores. Além disso, contribui com o campo investigado ao evidenciar as dimensões privilegiadas do debate e também as escassezes ou lacunas temáticas. (ROMANOWSKI; ENS, 2006)

De acordo com Miranda e Pereira (1996, p. 376) o periódico científico, enquanto veículo de comunicação do conhecimento, tem por finalidade a divulgação dos saberes que se originam das atividades de pesquisa. “O periódico cumpre funções de registro oficial público da informação mediante a reconstituição de um sistema de editor-avaliador e de um arquivo público - fonte para o saber científico.”

De tal forma, elegemos três periódicos especializados em educação: (i) a Revista Brasileira de Educação (RBE), com publicações a partir de 1995, por ser mantida pela maior associação brasileira de pesquisadores educacionais, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); (ii) a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), que tem como mantenedora a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), agremiação que reúne pesquisa educacional especializada em política, administração e gestão da educação; e (iii) a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Nossa escolha foi motivada pela hipótese de que nessas revistas a temática da participação na política educacional apareceria em relevo visto que representam duas associações de pesquisadores da educação; uma de amplo espectro contando com um Grupo de Trabalho para o tratamento das políticas educacionais (GT-05) e a outra sendo especializada neste recorte; e, a terceira, sendo o periódico científico do órgão regulador da educação nacional.

Eleitos os periódicos a serem mapeados, utilizamo-nos de seus sítios eletrônicos na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Não limitamos um recorte temporal, a priori, preferimos por adotar a busca em todos os volumes disponíveis eletronicamente na base de dados¹. A RBE tinha disponíveis seus volumes a partir do ano 2000². A RBPAE disponibiliza seus números desde 1983, seu primeiro volume, contudo são pesquisáveis pelo

¹ A pesquisa aos sítios eletrônicos foi realizada entre os dias 6 e 10 de janeiro de 2020. Todas os volumes disponíveis nesse período entraram em nossa busca.

²Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-2478&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 jan. 2020.

mecanismo de busca do site apenas os números a partir dos anos 2000³. E a RBEP tem seus números disponíveis a partir da publicação do ano de 2012⁴.

Em seguida, buscamos termo “participação” nos mecanismos que cada sítio apresenta para pesquisa em seu acervo bibliográfico. Aplicamos, por fim, critérios de exclusão para os artigos. Foram quatro: (i) quando tratava de reflexões sobre experiências estrangeiras, porque não representavam uma perspectiva brasileira; (ii) quando se tratava de estudo estrangeiro sobre a experiência brasileira, pelo mesmo motivo; (iii) quando se tratava de problematização regional/continental porque extrapolavam o recorte geográfico; e (iv) quando os escritos eram externos a temática e/ou a forma, como editoriais, resenhas e quando o termo “participação” era usado em contexto diferente do pesquisado.

Após a aplicação do critério de exclusão, vinte e sete publicações foram desconsideradas: 16 eram relatos de experiências estrangeiras; 9 eram escritos externos à temática; 1 era reflexão estrangeira sobre a realidade brasileira e 1 era reflexão sobre a América Latina como um todo. Assim, resultamos nos seguintes números: 22 artigos da RBE (47%); 24 artigos da RBPAE (51%); e 1 artigo da RBEP (2%), resultando 47 trabalhos para análise.

A participação na educação pelos periódicos

Os 47 artigos encontrados na pesquisa foram publicados nas revistas selecionadas entre os anos 2000 e 2019, sendo que nenhum trabalho sobre a temática foi registrado nos anos 2002 e 2003. Segue abaixo a distribuição temporal das publicações.

³ Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/archive>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

⁴ Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=2176-6681&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 jan. 2020.

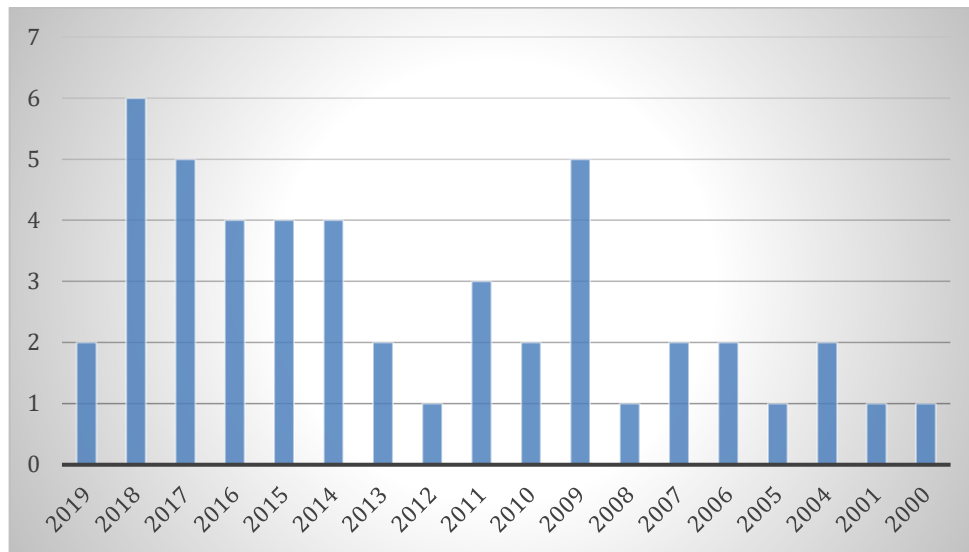


Gráfico 1 – Ano de publicação dos artigos.

É interessante notar que é a partir do ano de 2009 que a temática aparece em maior número nas revistas RBE, RBPAE e RBEP, sendo 25 deles publicados a partir de 2014 evidenciando um aumento de interesse na temática da participação na educação.

Os anos em que a temática apresentou maior número de artigos publicados foi em 2018 (6 trabalhos), seguido dos anos 2017 e 2009 (5 trabalhos cada). Uma possível explicação para os números de trabalhos serem maiores nestes anos pode estar relacionada com o processo de “esvaziamento” da participação localizado a partir de 2015.

Do universo de artigos alvos de análise deste estudo foram feitas 78 referências a autores que debatem a participação de modo amplo, não somente no campo da educação.

Quadro 1 - Referências mais utilizadas nos artigos

Referenciais	Número de referências registradas	Anos dos trabalhos referenciados
Maria da Glória Marcondes Gohn	12	1989 2001 2006 2008 2009a 2009b 2009c 2010 2011
Evelina Dagnino	3	1994 2004

		2006 (em parceria com Oliveira e Panfichi)
Licínio Lima	3	1998 2000 2003
Pedro Demo	3	1985 1988 2009
Vitor Henrique Paro	3	1997 2002 2011
Carlos Roberto Jamil Cury	2	1997 1998
Jacques Rancière	2	1995 1996
Juan Enrique Díaz Bordenave	2	1985 1994
Luiz Fernandes Dourado	2	2000 2006

Fonte: Os autores.

O levantamento de referências nos permitiu identificar os estudiosos que têm fomentado os debates acerca da participação na educação. Como evidenciado no quadro acima, o conjunto da obra de Gohn tem sido referencial central nos artigos analisados para se problematizar essa relação. Acreditamos que a explicação para isso pode ser encontrado no volume da obra da estudiosa e em sua reflexão contínua ao longo dos anos acerca da participação no Brasil.

Em seguida aparecem com 3 referências cada: Dagnino, Lima, Demo e Paro, autores que também contam com estudos sobre a participação. Uma diferenciação que se pode fazer entre estes autores é a de que Dagnino e Demo têm problematizado em seus escritos a participação de uma forma mais ampla e de caráter societário, enquanto Lima se preocupa em pensar a estrutura da escola e Paro tem como eixo de reflexão a gestão democrática.

Com duas citações temos Cury, Rancière e Bordenave, que proporcionam um debate já clássico acerca da temática, e Dourado em anos mais recentes de forma articulada com as discussões acerca dos Planos Nacionais de Educação.

Outros 46 autores aparecem referenciados apenas uma vez. Essa amostra é composta de autores das mais diversas correntes teóricas e expressões metodológicas. Importante registrar nesse contexto a presença de Alain Touraine e de Thomas Humphrey Marshall. Também é o caso de Carole Pateman, autora considerada clássica nas ciências sociais e nas discussões sobre participação e que aparece em apenas um dos artigos.

Assim como as presenças, fez-se notar também a ausência de referencial teórico nas produções. Nas discussões de 21 dos artigos não registramos nenhum referencial e/ou obra de aporte teórico sobre participação, nem conceituação.

Uma outra categoria de nossa análise da produção bibliográfica foi a concepção de participação que o artigo apresentava em seu bojo. Pretendemos com essa categoria inventariar e entender como os pesquisadores(as) brasileiros da temática participação- educação têm compreendido o termo participação. Assim, foi uma categorização também *a posteriori*. Identificamos quatro perspectivas distintas: participação enquanto envolvimento/engajamento em alguma atividade; participação como integração; participação como tomar parte nas decisões e ações escolares; e participação como tomar parte nas decisões e ações governamentais.

Julgamos ser pertinente esclarecer os significados encontrados em cada perspectiva de participação aqui anunciada por meio de recortes dos textos analisados como meio de exemplificação. A primeira perspectiva, participação enquanto envolvimento/engajamento em alguma atividade, foi encontrada em 9 artigos. Um exemplo é o trecho retirado do texto de Carvalho (2004, p. 96):

A questão de política educacional é se é viável incentivar a participação dos pais (cujos filhos vão mal na escola) via dever de casa, precisamente daqueles que não participam por falta de capital econômico (tempo livre, dinheiro para pagar aulas de reforço) e cultural (cultura acadêmica e conhecimento atualizado dos conteúdos curriculares).

O termo participação é utilizado para envolvimento ou engajamento em uma determinada atividade, neste caso, na tarefa de casa dos alunos de uma escola pública. Assim, não se vislumbra um horizonte para o exercício de uma participação que se queira social e política, mas apenas de envolvimento em uma situação/atividade muito específica e de alcance limitado.

A segunda perspectiva, a da participação como integração, também pode ser definida

como o movimento de compor uma determinada população específica, como em (FERREIRA, 2018, p. 418-9):

Incentivo à participação: organizar campanhas que incentivem a organização e a participação das mulheres trabalhadoras em educação; promover a participação da mulher em movimentos feministas e coletivos; lutar pela representação das mulheres em entidades sócio-políticas; incentivar a participação nas atividades da secretaria; promover atividades e ações políticas que visem inserir a mulher no mundo da política e do trabalho.

De tal forma, o termo participação veicula a ideia de uma possibilidade futura de integração a algum grupo, como um sindicato ou um setor de gênero do sindicato, um partido político ou outra organização. Identificamos nesta concepção uma fragilidade: a participação não é um “verbo”, um curso da ação, mas uma vontade futura de integração. Não se preocupa com a atuação dos sujeitos em si, mas na sua integração a “entes já participativos”.

O excerto a seguir, retirado de Nardi (2015) é ilustrativo da perspectiva participação como tomar parte nas decisões e ações escolares.

Essa constatação [a existência de espaços de participação] é relevante na medida em que a formulação e a implementação de ações voltadas à promoção da participação da comunidade escolar, com vistas à democratização da gestão, não constituem um eixo específico da pesquisa, embora se tenha depositado certa expectativa de que iniciativas dessa ordem constassem dos eixos que integram a dimensão “gestão escolar”. (p. 659)

São os espaços participativos intraescolares que possibilitam à comunidade influir nas decisões e ações que se desenrolam no espaço escolar. São exemplos apresentados pelo autor: os conselhos de classe, as Associações de Pais e Professores e as assembleias. Essa perspectiva apesar de admitir a participação social e política da comunidade escolar exclui o espectro da ampla participação da sociedade civil em prol do corpo social que se vincula a uma determinada instituição escolar. Outro aspecto a se considerar é que na literatura e na legislação pós-88 as iniciativas de participação escolar por vezes figuram como medidas de gestão democrática e de controle social da escola e de sua qualidade, não sendo ligadas diretamente ao poder de *design* das políticas educacionais.

A última perspectiva teórica, participação como tomar parte nas decisões e ações governamentais se refere a possibilidade normativa ou real da sociedade civil como um todo de participar do processo decisório em educação de modo mais amplo do que apenas em uma

instituição específica, mas na definição do conteúdo e da forma da política educacional, como registrou Dourado (2009, p. 374):

Considerando as condições objetivas da população, neste país historicamente demarcado por forte desigualdade social (revelada por indicadores sociais preocupantes) e que carece de amplas políticas públicas – incluindo a garantia de otimização das políticas de acesso, permanência e gestão, com qualidade social, na educação básica e superior –, destacou-se a importância de participação política da sociedade brasileira na formulação e implementação das políticas e programas, bem como na melhoria da educação em diferentes níveis e modalidades.

Esta perspectiva é a que soma maior número de artigos segundo os parâmetros adotados nesta pesquisa, vislumbra por um lado, uma participação ampla para todos da sociedade civil e não apenas para os diretamente ligados ao funcionamento diário de uma escola, e por outro lado, uma participação que influa no desenho das políticas educacionais.

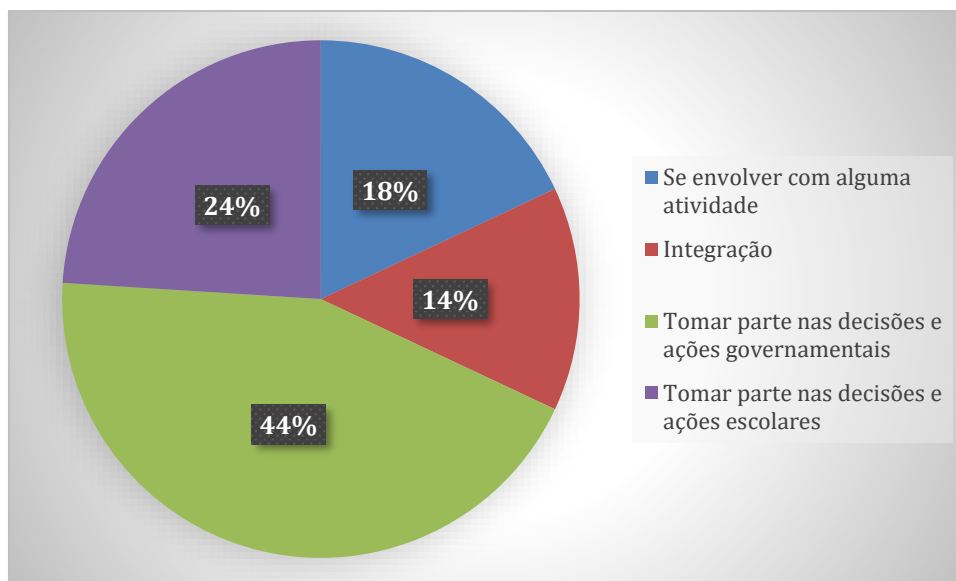


Gráfico 2 – Perspectivas teóricas de participação na educação

O gráfico acima representa imgeticamente as quatro perspectivas distintas encontradas nos trabalhos analisados nesta pesquisa. Juntas as perspectivas anunciadas somam 50 menções, isso porque três artigos retratam a participação em mais de uma perspectiva, são eles: Oliveira (2013), Cavalcanti (2016) e De Souza (2010).

Na maioria dos trabalhos analisados, os pesquisadores brasileiros têm entendido, que a participação na educação está relacionada com a possibilidade de tomar parte nas decisões e

ações governamentais e escolares. As duas perspectivas compartilham a ideia matriz de abertura e democratização da educação, sejam nas políticas educacionais ou nas organizações escolares. Em outras palavras, entendem a participação da sociedade civil/comunidade escolar como princípio fundamental nas definições das políticas públicas educacionais e/ou das gestões públicas educacionais.

Neste sentido, tomar parte vai além da ideia de integração e de composição de determinada população. As perspectivas de tomar parte nas decisões e ações governamentais e escolares já pressupõe estar integrado e admite ainda a intervenção no processo decisório com voz e/ou voto.

Embora, a perspectiva tomar parte nas decisões e ações escolares proponha a participação ela é apresentada de forma restrita e, de certa forma, utilitária. Participar das ações da instituição escolar não está aberto a todos os cidadãos, mas apenas aqueles pertencentes àquela comunidade escolar: familiares dos alunos e servidores da escola. Assim, a participação contemplada aqui é cumulativa das duas perspectivas anteriores porque envolve tanto o exercício de integrar-se a algo, a escola, quanto se envolver em alguma atividade, a gestão da instituição. De outra forma, a participação assim descrita também é restrita em seu âmbito de atuação, pois se fundamenta e se encerra no contexto imediato. Em geral, nas normatizações legais e na literatura observada, essas experiências em instituições educacionais têm sido definidas a partir dos termos “gestão democrática” e “controle social” e não pelo termo “participação”.

Por outro lado, a perspectiva entendida como “tomar parte nas decisões e ações governamentais” é abrangente em seu âmbito de atuação, pois ao participar do processo decisório de uma política pública educacional, ainda que de nível municipal, afasta-se dos casos específicos para se pensar a coisa pública enquanto direito de todos e influenciando no contexto mediato. Uma outra diferença é que as decisões são pensadas com teor mais político do que administrativo. Isso não quer dizer que os gestores estejam impedidos de utilizarem o processo participativo apenas como mecanismo legitimador de suas ações ou de forma funcional, mas, pelo contrário, este é um risco apresentado pela literatura e pelos artigos analisados.

Considerações finais

No tratamento da temática, duas abordagens distintas do tema foram identificadas, as quais denominamos locais e globais. Por locais entendemos o conjunto dos trabalhos que

problematizam a questão da participação de modo circunscrito geograficamente a uma escola, a um município a um estado ou a uma instância determinada, uma associação, um conselho, um programa governamental. De fato, a ampla maioria dos trabalhos, 44 deles ou 93,62% da amostra, apresentam esta abordagem: problematizam a participação apenas em um determinado local ou instância.

Existem também os trabalhos com uma abordagem mais ampla da questão que mesmo partindo da reflexão de uma experiência particular ampliam o debate e se utilizam de aportes teóricos da participação para pensar aquela experiência para além de seu contexto específico de pesquisa ou as contribuições dela para a produção do conhecimento sobre a participação. Esses somaram apenas três trabalhos ou 6,38%.

Existe grande número de artigos que não apresentam articulação e referencial teórico com autores sobre a participação, esses casos aconteceram em maior número na perspectiva participação como integração. Em outras vezes, os referenciais apontados eram autores da gestão escolar e/ou democrática. Em decorrência disso, os estudos tem em sua grande maioria analisado a participação apenas em contextos específicos de pesquisa e não em sua teoria e no âmbito da política educacional evidenciado a diferença entre *ser parte* e *ter parte*.

Referências

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2004, n.25, pp.94-104.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Custo Aluno Qualidade inicial, 10% do PIB e uma nova fonte de receita: novas perspectivas para o financiamento da educação básica?. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 487 - 507, ago. 2016.

DE SOUZA, Donaldo Bello. Anais dos eventos da Anped e da Anpae (2000-2008) e o estado da temática gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 26, n. 3, pp. 441-459. set./dez. 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos; 104)

DOURADO, Luiz Fernandes. A Conferência Nacional de Educação, o Plano Nacional e a

construção do Sistema Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 25, n. 2, mai./ago. 2009. ISSN 2447-4193.

DOURADO, Luiz Fernandes; JUNIOR, Geraldo Grossi; FURTADO, Roberval Angelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. . **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 2, p. 449-461, mai./ago. 2016.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira et al. Abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 252, p. 404-428, Ago. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. (Coleção questões de nossa época; v. 32)

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação)

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 25, n. 3, dec. 1996.

NARDI, Elton Luiz. Itinerários da participação na gestão de escolas públicas de educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 649 - 666, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade?. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2013, vol.18, n.55, pp.961-984.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. Curitiba, 2006.